ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

N.º 4/2011

DIA: Dezasais de Setembro do ano de dois mil e onze.-----

HORA: Dezanove horas e quinze minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

1º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD);-----

2º SECRETÁRIO: Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado(PPD/PSD);---

PPD/PSD – Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Carlos Alberto Sousa Matos;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD – Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD – Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD – Dr.ª Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP – Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP – António Gomes;-----

CDS/PP – Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP – Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP – Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

CDS/PP – António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP – Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dr.ª Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

2011.09.16

PS – João Miguel Almeida Campos;-----

INDEPENDENTE - José do Nascimento Peres;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD – Valdemar Fernando Vilarinho Santos, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS – Dr.^a Maria Gabriela Pinho de Oliveira, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, que chegou durante o período de antes da ordem do dia, como se faz referência.-----

AUSÊNCIAS: Dr. António Fernando Pina Marques (PPD/PSD);-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11-01, encontram-se presentes em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.^a Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

2011.09.16

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que após comunicação da impossibilidade de estar presente do Sr. Dr. Rodrigo Oliveira da Silva, foi convocado nos termos da Lei, o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos para preencher a vaga e participar nos trabalhos da sessão. -----

Informou também que se apresentou para participar nesta sessão o Sr. João Miguel Almeida Campos a fim de substituir o Sr. Manuel de Sousa Pinho, conforme comunicação escrita deste último.-----

Comunicou ainda que o Sr. Manuel Correia de Campos, o Sr. Manuel Joaquim Rodrigues Almeida e o Sr. João Pedro Costa, Presidentes das Juntas de Freguesia de Codal, Junqueira e Macieira de Cambra, respetivamente, por impossibilidade de estarem presentes, se fizeram representar pelos seus substitutos legais, Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, Sr. Valdemar Fernando Vilarinho Santos e Dr.^a Maria Gabriela Pinho de Oliveira, respetivamente, tendo sido dada posse a esta última. -----

De seguida, dentre a correspondência recebida desde a última sessão, o Sr. Presidente da Assembleia destacou o convite feito pela COLEP Portugal, S.A., para o Dia Aberto, que foi entregue a todos os deputados municipais.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos senhores deputados municipais cujas intervenções a seguir se sumarizam.-----

Intervindo, o Sr. Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, representante do Presidente da Junta de Freguesia de Codal, disse que pretendia esclarecimentos sobre a cedência de terreno para abertura de estrada em Souto, Cruzinha - Codal, assunto referido numa anterior sessão pelo deputado municipal Albano de Oliveira Braga.-----

O Sr. Valdemar Fernando Vilarinho Santos agradeceu em nome da Freguesia de Junqueira e do seu Secretário, Sr. Alcides Soares de Almeida, a solidariedade

2011.09.16

demonstrada por todos, face à agressão física sofrida por este no desempenho das suas funções autárquicas, fator decisivo do não abandono do cargo em que foi investido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, O Dr. João Pedro Bastos Silva e o Dr. António Paulo Soares Barbosa manifestaram a sua solidariedade ao Secretário e Junta de Freguesia de Junqueira, condenando a atitude agressiva contra o autarca ocorrida no exercício das suas funções, propondo este último interveniente a elaboração de um voto de repúdio a remeter à Junta de Freguesia de Junqueira.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal colocou à disposição da Freguesia de Junqueira o apoio jurídico necessário para a questão ser julgada em Tribunal, por ser um ato indesculpável.-----

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade dos vinte e oito deputados municipais presente, o seguinte **Voto de repúdio**: “A Assembleia Municipal de Vale de Cambra reunida em sessão ordinária de 16.09.2011, após tomar conhecimento da agressão de que foi vítima o Sr. Alcides Soares de Almeida, Secretário da Junta de Freguesia de Junqueira, por causa e no exercício de funções autárquicas, condena e repudia tal ato bárbaro e injustificável, manifesta total solidariedade com o autarca agredido e espera que os responsáveis sejam julgados como é de Direito.”-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares deu conhecimento das ações do ACES, ocorridas desde a última sessão da Assembleia, destacando o inquérito realizado sobre a saúde e as opções estratégicas no âmbito da proteção da saúde dos utentes nos próximos 4 a 5 anos, tema abordado na reunião tida no passado dia 5 de Setembro.-----

2011.09.16

Chegou à sessão o deputado municipal, Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos. -----

O Sr. Albano de Oliveira Braga, face ao pedido de esclarecimento feito pelo Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, disse que sobre os terrenos para alargamento da via em Cruzinha - Codal, nada tem a informar no momento por ser coproprietário juntamente com a sua família e o processo ainda se encontrar a decorrer. Informou ainda que tanto a família como ele próprio poderão eventualmente prestar um esclarecimento, a seu tempo, no período de intervenção do público, na qualidade de cidadãos. -----

Referiu-se à zona industrial de Lordelo/Codal como sendo criada por fundos comunitários para criar empresas, que geram postos de trabalho em Vale de Cambra, perguntando especificamente ao Dr. José Pedro Vieira de Almeida e à Dr.^a Elisabete Soares Moreira da Rocha, se é técnica e juridicamente sustentável a venda do lote nº 35, aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e seis de Julho passado com a abstenção dos vereadores do CDS/PP, tendo em conta que este possui 18m², não tem acesso, tendo já uma edificação. Perguntou ainda se no futuro será possível a construção e compra de lotes com aquele tamanho por quem quer que seja.-----

O Dr. João Miguel Almeida Campos após ter demonstrado a sua solidariedade ao autarca de Junqueira agredido, solicitou, especificamente à Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues, informação sobre o ponto da situação das propostas apresentadas por este, enquanto Coordenador da Juventude Socialista, tais como o cartão jovem municipal e sobre o Conselho Municipal da Juventude. Pediu um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, sobre o custo da atuação do Tony Carreira, no AnimAgosto, a qual afirmou ser gratuita tendo surgido na plataforma on line dos contratos públicos um contrato no valor de doze mil e trezentos euros.-

2011.09.16

O Dr. António Paulo Soares Barbosa solicitou um esclarecimento sobre a intervenção proferida pelo deputado municipal, Sr. Albano Oliveira Braga em sessão anterior, relativamente ao Centro Escolar de Macieira de Cambra, quando este afirmou haver matéria criminal, pedindo-lhe factos concretos que a Assembleia Municipal deva ter conhecimentos.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi a mesma passada à **Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues** dizendo esta que, em relação aos projetos de juventude apresentados e, após contacto efetuado com o senhor deputado da Assembleia da República, Paulo Cavaleiro, obteve informação de que será brevemente publicada a legislação relativa aos Conselhos Municipais de Juventude, sendo que será então criado o referido Conselho de acordo com a lei. Sobre o cartão jovem municipal, informou que o Espaço Nova Geração está a elaborar proposta de realização de protocolos com estabelecimentos comerciais, sendo um projeto que muito em breve estará ativo.-----

Sendo dada a palavra ao **Dr. José Pedro Vieira de Almeida**, este, face ao pedido de esclarecimentos feito pelo deputado municipal, Sr. Albano Oliveira Braga, disse que todos os assuntos presentes em reunião da Câmara Municipal têm uma informação técnica, sendo no caso presente uma informação jurídica que garantia a legalidade da venda do lote referido. Referiu que, para não haver uma constante suspeição sobre o executivo, aquele deputado municipal deveria enunciar especificamente qual a ilegalidade por estes cometida. -----

Na posse da palavra, **o Sr. Presidente da Câmara** referiu que a atuação do Tony Carreira no Animagosto implicou para a Câmara Municipal apenas o pagamento da logística do espetáculo.-----

O Dr. João Pedro Bastos da Silva lembrou que em sessão anterior, a Câmara ficou de apresentar em sessão, o relatório relativo ao funcionamento do Parque Subterrâneo. A falta desse documento na última sessão, foi justificada por razões

2011.09.16

técnicas, continuando a Assembleia, especificamente, a bancada do PS a pretender a informação dos resultados da exploração do Parque, no que diz respeito ao valor acordado com a VCP, para a Câmara Municipal não ter de ressarcir aquela e qual o valor em falta, se este existe. Solicita dados para que se possa aferir o que se passa com a concessão feita à VCP.-----

O Eng.º Miguel Joaquim M. Ferreira de Matos referiu-se às cláusulas penalizantes para o município, existentes na concessão do Parque de Estacionamento, pretendendo o seu esclarecimento. Pediu ainda esclarecimento sobre o processo de abertura do ano escolar e perspectivas sobre as dificuldades que advirão desse começo.-----

O Sr. Jorge Tavares da Costa agradeceu a parceria feita com a Câmara, que permitiu vários arranjos das ruas da Freguesia com a colocação de novo piso, destacando o melhoramento feito na Rua do Cabeço do Cartim, bem como o excelente trabalho desenvolvido junto à beira rio, no Barbeito. Informou ainda que se encontra a efetuar o cadastro dos proprietários dos terrenos da futura via dupla que sai da Rotunda do Castelo até ao centro de S. Pedro de Castelões.-----

O Sr. João Miguel Almeida Campos referiu que o Conselho Municipal da Juventude poderia ser criado independentemente de ser publicada a legislação, dando exemplo de outros municípios onde isso ocorreu acrescentando que este projeto de lei foi assinado por todas as bancadas na anterior legislatura. -----

O Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares disse que o alargamento da Rua Souto-Cruzinha foi uma promessa eleitoral e havia registos na Junta, relativos aos proprietários dos terrenos necessários ao alargamento, tendo estes feito a doação graciosa, questionando assim o motivo da alteração da opinião, que apesar de tudo considera legítima.-----

O Sr. Albano de Oliveira Braga respondeu às intervenções anteriores sobre as questões onde este é referido, dizendo que enquanto deputado municipal não tem

2011.09.16

de prestar explicações sobre assuntos de família. Refere que compreende o problema apresentado pelo Dr. Valter Jorge de Bastos Tavares, informando-o que o processo é longo, sendo aconselhável não pedir explicações que no seu devido tempo irão ser dadas e compreendidas por aquele. Sobre a questão do Centro Escolar de Macieira de Cambra, referiu que após consulta dos documentos e lhe serem facultadas fotocópias do processo, conforme pediu, pôde verificar que realmente havia matéria criminal, sendo esta relacionada com a existência de documentos falsificados apresentados por um concorrente. Deu uma descrição generalizada do decorrer do processo que consultou e informou que existia um processo judicial a decorrer no TAF. Referiu que a autarquia, ao saber da falsificação dos documentos deveria ter antecipado a participação da falsificação, tendo-o somente feito mais tarde, conforme atas redigidas e constantes do processo. Sobre a construção do lote nº 35 na zona Industrial de Lordelo/Codal, sobre o qual mantém a dúvida sobre a legalidade da decisão tomada em reunião de Câmara, pretende saber se lhe era permitido comprar um lote com as mesmas características. Referiu que irá entregar um dossier ao Ministério Público e outro ao IGAL.-----

Intervindo, o Presidente da Assembleia sugeriu o seguimento do Regimento que não permite o diálogo mas sim e sempre uma apresentação dos assuntos à Mesa da Assembleia, lembrando que todos representam o povo de Vale de Cambra.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este solicita que a intervenção sobre o ano escolar seja feita pela **vereadora Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha** que começa por informar que este teve início naquela semana e decorreu com a normalidade pretendida. Foi encerrada a Escola EB1 de Santa Cruz, com os respetivos alunos transferidos para o Centro Educativo de Cepelos, existindo ainda uma Escola não encerrada, em regime excecional. Sobre as

2011.09.16

competências da Câmara Municipal, respeitantes a transportes e refeições escolares, foram somente detetadas pequenas falhas próprias de um trabalho que envolve cerca de mil crianças e que já estavam a ser solucionadas, primando-se no momento pela prestação de um serviço de qualidade e eficiência, para que haja uma educação de excelência -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre o funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente – SAP. Quando este foi encerrado no período noturno, a concordância da Câmara teve por base o compromisso de um horário de funcionamento que resulta de um entendimento com o Ministério da Saúde/ARS Norte, conforme documento em que se salvagam os interesses dos valecambrenses. Agora, há poucos dias e de forma unilateral, houve uma redução desse horário do SAP, estando este aberto de segunda a sexta feira até às 23 horas e sábados e domingos com menos cinco horas por dia. Perante esta situação, foi de imediato remetido um ofício de protesto ao Sr. Dr. Fernando Araújo, Presidente do Conselho Directivo da ARS - Norte, cujo conteúdo e respetiva resposta passou a ler, sendo estas apensadas à presente ata.-----

Assim, informou também que já solicitou a reposição do anterior horário praticado, conforme ofício que leu e se apensa à ata.-----

Comunicou que da auditoria pela APCER resultou a certificação de três divisões, tendo sido ainda verificadas as condições das já certificadas, para efeitos de manutenção do respetivo certificado de qualidade, sendo esta Câmara Municipal uma das seis do país cujos serviços se encontram totalmente certificados, prevendo-se para breve o hastear da bandeira da certificação I S O 9001. -----

Respondeu ao deputado municipal Albano de Oliveira Braga, dizendo que a Câmara Municipal, como pôde verificar aquando da consulta do processo de concurso da obra “Centro Escolar do Búzio”, não esconde nada e que os

2011.09.16

documentos entregues por cada concorrente são da sua total e exclusiva responsabilidade, tendo o júri do concurso proposto a exclusão do concorrente por este referido, imediatamente após a verificação da situação ilegal. Foi dado conhecimento da situação em reunião de Câmara e foi aprovada a participação desta ocorrência ao INCI – Instituto da Construção Imobiliária, com a abstenção dos vereadores do CDS/PP, pelo que as insinuações antes levantadas foram totalmente desprovidas de qualquer verdade. -----

Sobre o reequilíbrio financeiro da VC Parques, referiu que ainda não possuía os resultados, sabendo todavia que não chega a 5% a ocupação do parque subterrâneo e que o parque à superfície se encontrava em cerca de 15%.-----

Informou que está previsto que o reequilíbrio financeiro irá ser feito em Junho e Dezembro, registando-se um atraso motivado por esta ser a primeira vez e por não ter sido estabelecida no Caderno de Encargos uma fórmula de aplicação para o reequilíbrio. A VCP entregou a uma empresa auditora o seu estudo de reequilíbrio financeiro e paralelamente a Câmara Municipal entregou o seu estudo a uma empresa que presta serviço à Câmara Municipal. A análise deste processo tem que ser cuidadosa e rigorosa, porque vai estabelecer os parâmetros que no futuro vão definir o reequilíbrio financeiro, quando este tenha lugar. A VCP não pretende por certo prejudicar a Câmara Municipal mas sim, proceder ao seu equilíbrio financeiro sem a geração de lucros. A Câmara Municipal deverá garantir que o reequilíbrio financeiro, sempre que tenha lugar ao longo do período da concessão, resulta de uma fórmula de aplicação transparente e inequívoca. Apenas depois de satisfeitos estes pressupostos deverá a Câmara Municipal aceitar o reequilíbrio solicitado pela VCP na estrita defesa do interesse do Município e no respeito pelos contratos existentes. -----

Sendo dada a palavra à **vereadora Dr. Adriana Helena Silva Rodrigues**, esta frisa a ideia já apresentada sobre o projeto de criação do Conselho Municipal da

2011.09.16

Juventude, referindo que a legislação sobre o assunto já existe, sendo que um dos seus artigos a ser revistos, é o 21º sobre o apoio logístico e administrativo dos Conselhos Municipais de Juventude que, na nova proposta, garante uma maior autonomia financeira. Informa que é intenção da Câmara Municipal a sua criação, aguardando-se a publicação da nova lei que permite uma maior autonomia ao Conselho e possui regras bem definidas, sendo que estará para breve a sua publicação.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE

2011: Efetuada a correção solicitada pelo Sr. Albano de Oliveira Braga, na página sete, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de vinte e dois de Junho de dois mil e onze, por maioria de vinte e três votos a favor com seis abstenções dos deputados municipais: Eng.º Aníbal Moreira da Costa, Sr. António Gomes, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Dr Valter Jorge de Bastos Tavares, Sr. Valdemar Vilarinho Santos e Dr.ª Maria Gabriela Pinho de Oliveira.---
Ausentou-se o deputado municipal, Sr. Jorge Tavares da Costa.-----

2. SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2011: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a segunda revisão orçamental de 2011 cuja cópia se apensa à ata da sessão.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este esclareceu que a revisão orçamental apresentada era justificada pelo pedido de não adesão ao Projeto de Regeneração Urbana da Universidade Católica e da Fundação Ilídio Pinho, tendo a Câmara de assumir a despesa prevista na candidatura no Programa ON.2 que por esse motivo teve de se alterar. Lembrou que a participação da Universidade Católica se baseava num projeto de educação para a compostagem doméstica e que a Fundação Ilídio Pinho iria suportar um

2011.09.16

Colóquio Internacional de Escultura, sendo as esculturas a executar para colocação no futuro Parque da Cidade. -----

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a Segunda Revisão Orçamental de 2011, no valor de 106.900,00 euros, por maioria de vinte e três votos a favor das bancadas do PPD/PSD e PS, do Sr. José do Nascimento Peres, Independente e, do Sr. António dos Santos Sousa da bancada do CDS/PP, tendo-se absterido os restantes cinco deputados municipais do CDS/PP.-----

3. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI):

Presente a deliberação da Câmara Municipal de 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes taxas de IMI, para vigorar no ano de dois mil e doze: Prédios rústicos – 0,8%; - Prédios urbanos – 0,7%; e Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%; - as taxas previstas para os prédios urbanos e prédios avaliados nos termos do CIMI, dos prédios em ruínas sejam elevadas ao triplo.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este esclareceu que as taxas em questão sofreram uma pequena alteração em relação ao ano anterior, sendo taxados os prédios recém avaliados em mais cinco centésimas. Referiu que é agora criada uma taxa especial sobre os prédios em ruína, forçando os proprietários a fazer obras ou a demolir, porque já existiam muitas construções nestas condições e importa preservar o património ou demoli-lo para que não represente perigo para pessoas e bens.-----

Dada a palavra aos deputados municipais registaram-se as seguintes intervenções:-----

O Sr. Engº Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos apelou ao bom senso da Câmara na manutenção do nível de vida dos valecambrenses, referiu-se ao

2011.09.16

elevado valor das taxas que, juntamente com as medidas governamentais, poderão no próximo ano colocar as pessoas a entregar aos bancos as suas casas, por impossibilidade de suportar todas as taxas.-----

O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa refere-se ao incremento desta receita ocorrido desde 2001, prevendo que o futuro seja mau para todos e, não havendo por parte da Câmara Municipal uma medida para redução da despesa, acha que o contribuinte não terá capacidade de fazer face aos pagamentos que terá de realizar, não devendo a Câmara Municipal aumentar as taxas no próximo ano.-----

Referiu que é fácil tanto para a autarquia como para o Estado atuar no sentido das famílias não ficarem em estado crítico e até na falência. Concorda que os edifícios degradados sejam obrigados a desaparecer devendo as taxas serem superiores como um aspecto positivo na medida. Quanto aos edifícios normais, informou que estes vão ser avaliados segundo o novo código, no próximo ano o que trará um aumento das receitas mesmo mantendo as taxas.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva referiu que os aumentos nos impostos em Portugal são cada vez maiores, assistindo-se a um conjunto de medidas, sobre as quais se dizia em campanha que não iriam sofrer aumento, estando atualmente a acontecer o contrário, compreendendo a mudança de atitude com a assunção do poder. Em relação aos valecambrenses acha que a Câmara não devia seguir a política do governo porque as taxas em questão são penalizantes, sendo razoável a manutenção das taxas anteriores.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa questionou a Câmara Municipal sobre a proposta apresentada, querendo saber o valor da receita ou acréscimo de receita em termos de IMI com a aplicação diferencial de cinco centésimos.-----

O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa referiu-se à perda de cerca de três mil pessoas em termos populacionais devido à falta de atrativos em Vale de Cambra. Acha que era de repensar os aumentos das taxas tendo em conta o orçamento

2011.09.16

familiar diário e os cenários nada animadores dos países limítrofes. Antevê no cenário económico muitas falências e insolvências e um país mais pobre.-----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que os jovens não fogem de Vale de Cambra, mas sim do país, como sempre o fizeram. Disse ainda que existem instituições que devem ter capacidade de agir em situações de pobreza. Acredita que tem de haver equilíbrio nas receitas próprias da Câmara dado que as receitas provenientes do Orçamento de Estado estão a cair, para que a Câmara possa continuar a sua ação social e social escolar.-----

O Sr. Albano de Oliveira Braga apontou como fator da redução da população, a saída de trabalhadores das empresas na área da metalurgia e madeiras, mão de obra qualificada e jovem que procura melhores condições de vida no estrangeiro.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que não é o aumento de cinco centésimas que tem a ver com a deslocalização de jovens para outro concelho, sendo este um argumento inválido, uma vez que do estudo feito praticamente todos os concelhos limítrofes têm as suas taxas no máximo. Quanto a seguir as políticas do governo acha que este governo é de todos e que a própria Câmara sofreu um aumento na taxa da sua eletricidade, imposto pelo atual governo.-----

Disse que a redução da despesa da Câmara Municipal é um tema que irá abordar noutra altura. Mas salienta que a Câmara Municipal tem demonstrado estar disponível para apoio a famílias carenciadas, sendo neste momento gratuita a ligação da água e saneamento. Sobre a redução de outras taxas, referiu que se encontra em elaboração uma alteração ao Regulamento das Edificações Urbanas no sentido de baixar os valores das licenças municipais, havendo três freguesias do concelho onde estes valores já foram reduzidos a 50%, prevendo-se uma maior abrangência daquela medida. Relembrou mais uma vez que a Câmara Municipal oferece os transportes escolares, os livros e as refeições a todas as

2011.09.16

crianças dos escalões A e B, quando só era obrigatório que o fizesse com o escalão A. Acha que as taxas apresentadas não vão originar convulsão no pagamento dos IMI's. Sobre os valores relativos ao recebimento de verbas correspondentes às várias taxas de IMI, informou que Ministério das Finanças não fornece aqueles dados, esperando que o seu procedimento seja alterado e se possam apresentar valores.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar as seguintes taxas a aplicar no ano de 2012, relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis, por maioria de dezasseis votos a favor da bancada do PPD/PSD, com nove votos contra das bancadas do CDS/PP e PS e com três abstenções dos deputados municipais, Dr.^a Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Sr. António dos Santos Sousa da bancada do CDS/PP e do Sr. José do Nascimento Peres, Independente:-----

- Prédios rústicos – 0,8%;-----

- Prédios urbanos – 0,7%;-----

- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%, -----

- Nos termos do nº3 do artigo 112 do CIMI, as taxas previstas para os prédios urbanos e prédios avaliados nos termos do CIMI, dos prédios em ruínas, são elevadas ao triplo.-----

Pedindo a palavra, interveio o Sr. António Gomes querendo reforçar a intervenção do deputado municipal Eng.º Aníbal Moreira da Costa sobre a receita e despesa, referindo que neste ano a Câmara Municipal teve de fazer o aumento referido devido a ter de fazer face à despesa relativa à Festa de St.º António. -----

4. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA: -----

2011.09.16

Presente a deliberação da Câmara Municipal de 9 de Agosto e 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento do Mercado Municipal de Vale de Cambra.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou à vereadora Dr.^a **Elisabete Soares Moreira da Rocha** que explicasse o ponto, tendo esta informado a Assembleia que o anterior regulamento datava do início da atividade do Mercado Municipal em 1985 e, tendo em conta as obras executadas e a situação atual tanto dos vendedores como consumidores, era necessário alterá-lo e adaptá-lo às novas realidades. Informou ainda que foram cumpridos os trâmites legais, não tendo havido contributos aquando do inquérito público.-----

Não havendo intervenções, foi colocado o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento do Mercado Municipal de Vale de Cambra, apenso à ata da sessão, por unanimidade dos vinte e oito deputados municipais presentes.-----

Ausentou-se da sessão a Dr.^a Célia Maria dos Santos Tavares.-----

5. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS –

TRANSPORTE EM TÁXIS: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal o novo Regulamento do transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – transporte em táxis.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou à vereadora Dr.^a **Elisabete Soares Moreira da Rocha** que explicasse o ponto, tendo esta informado a Assembleia que o regulamento em questão tinha sofrido alterações há algum tempo atrás, estando contudo a precisar de alterações, nomeadamente quanto ao regime de estacionamento e regras para pessoas de mobilidade reduzida bem como a fixação de contingentes. Informou ainda que foram

2011.09.16

cumpridos os trâmites legais, não tendo havido contributos aquando do inquérito público, tendo apenas surgido um requerimento, extemporâneo, sobre o regulamento em questão, que ainda não tinha sido analisado por ter sido recebido no próprio dia da sessão-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal frisou somente que a Câmara Municipal vai liberalizar os táxis sendo criados vários pontos de paragem, sendo dada a possibilidade destes circular.-----

Interveio o Sr António Gomes dizendo que concorda com o fim do monopólio dos táxis que tinham parte da cidade por sua conta, dando os parabéns à Câmara Municipal pela reorganização deste serviço prestado aos munícipes.-----

Interveio o Sr. Eng.º Jorge Miguel Martins Quental dizendo que este era um regulamento pelo qual os taxistas do concelho lutavam há muito tempo, tendo em conta iguais direitos para todos. Informou ainda que foi consultada a ANTRAL que não se pronunciou contra.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o novo Regulamento do transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – transporte em táxis, apenso à ata da sessão, por unanimidade dos vinte e sete deputados municipais presentes.-----

Regressou à sessão a Dr.^a Célia Maria dos Santos Tavares.-----

6. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a alteração ao Regulamento Municipal das zonas de estacionamento de duração limitada.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou ao **vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida** que explicasse o ponto, tendo este referido que

2011.09.16

foram detetadas desde o início da aplicação do regulamento, algumas lacunas que tiveram de ser solucionadas, entre elas, a criação do cartão do residente para servir os residentes que não têm lugar de garagem.-----

Referiu ainda que os comerciantes irão ter direito a um lugar no parque de estacionamento subterrâneo mediante o pagamento de uma taxa associada e que é dada ao cidadão (quando este se encontrar em incumprimento) a possibilidade de pagamento voluntário da coima em vez da multa resultante da contra ordenação, sendo o valor de 2,50 euros por cada período do dia, manhã ou tarde.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal acrescentou que os cartões de estacionamento de residente e de comerciante irão ter um valor bastante acessível. Referiu que foram considerados os contributos apresentados no âmbito da discussão pública para tornar o regulamento o mais ajustado possível à realidade valecambrense. Informou ainda que a VCP vai publicitar uma campanha de redução em 40% das taxas atualmente em vigor no Parque de Estacionamento Subterrâneo, como forma de cativar pessoas à utilização do Parque. A fiscalização devidamente avalizada para o efeito irá atuar após a aprovação do regulamento em discussão, para que se consiga obter a percentagem de ocupação pretendida.-----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

O Senhor António Gomes comentou um artigo de opinião, publicado num jornal, sobre o parqueamento no país, onde era referido que as empresas de estacionamento, nomeadamente as empresas de Lisboa e Porto, davam milhões e milhões de euros de prejuízo, sendo que há quinze, vinte anos todos estacionavam nas ruas de Lisboa e Porto e as empresas não davam prejuízo. Perguntou então, quem iria pagar aquele prejuízo, uma vez que antigamente se estacionava à vontade e não havia prejuízo a pagar por ninguém. Acrescentou

2011.09.16

que as cidades se valerem daquelas empresas para regular o estacionamento, mas acha que uma coisa não compensa a outra.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga deixou um alerta sobre o pagamento de coimas, tendo em conta notícia publicada sobre a cobrança ocorrida num Município, que foi objeto de processo em Tribunal.-----

Sr. Presidente da Câmara informou que os municípios de Lisboa e Porto tinham um corpo policial demasiado grande, que devia ser objeto de estudo, segundo palavras do Presidente da Câmara do Porto, Dr. Rui Rio.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva perguntou se iria haver diminuição do horário do Parque de Estacionamento Subterrâneo. Concordou com a aplicação das coimas apesar de achar que devia ser clarificada a questão da competência na sua cobrança. Pergunta se está prevista a criação da Polícia Municipal ou de outro sistema de policiamento.-----

O Sr. António Gomes comentou que no município de Arouca, o custo do parqueamento era baixo e a receita revertia a favor de uma IPSS, conforme informação aposta na máquina dos *tickets*. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Polícia Municipal era um projeto demasiado caro. Informou que se previa o encerramento do Parque a partir das vinte horas. Sobre as coimas informou que só a GNR irá passar as coimas, após a intervenção em campo da fiscalização que ainda dará a hipótese de pagamento voluntário por parte do cidadão incumpridor.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a alteração ao Regulamento Municipal das zonas de estacionamento de duração limitada, apenso à ata da sessão, por maioria de vinte e sete votos a favor dos deputados municipais das bancadas do PPD/PSD, CDS/PP, PS e Independente, com a abstenção do deputado municipal,

2011.09.16

Sr. António Gomes da bancada do CDS/PP. Dada a criação de alguns artigos, gerando a renumeração do Regulamento, este será republicado.-----

Ausentaram-se da sessão o Sr. Rogério Brandão dos Santos e Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidentes das Juntas de Freguesia de Cepelos e Rôge, respetivamente.-----

7. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIA DE ARÕES, RÔGE E

VILA CHÃ NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de Agosto de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a delegação de competências nas Freguesias de Arões, Rôge e Vila Chã na área da educação, as minutas dos protocolos a celebrar com cada uma das freguesias referidas.-----

Sendo dada a palavra aos deputados municipais, registaram-se as seguintes intervenções:-----

O Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões referiu que o protocolo tem por base os transportes escolares e a alimentação das crianças e será efetuado nos mesmos moldes dos anos anteriores. Acrescentou ainda que o serviço tem beneficiado muitas crianças havendo casos em que a única refeição completa que algumas tinham, era a servida na escola.-----

O Sr. Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge referiu que a parceria com a Câmara Municipal funcionará como em anos anteriores, esperando-se obter a mesma satisfação das necessidades das crianças em mais um ano letivo.-----

O Sr. Vitor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã concordou com os anteriores deputados municipais, afirmando que da parceria tem resultado um bom serviço prestado.-----

2011.09.16

O Sr. Albano Oliveira Braga solicitou informação sobre o número de alunos que usufruem deste serviço, quais os lugares servidos, quais os circuitos e a distância entre os lugares e a escola, pondo em causa o valor que rondará os oitenta mil euros para a realização do serviço.-----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o acordo relativo aos transportes é igual para todas as Freguesias, exceto na de Arões que recebe uma verba maior por transportar mais alunos. Informou que o gasto em transportes ascende a mais de setecentos mil euros por ano, sendo o concurso para os percursos da zona alta da cidade, uma opção que iria aumentar aquele valor. Concluiu afirmando que o custo do serviço feito com o protocolo é inferior ao custo obtido noutras opções, dando o exemplo do transporte de um aluno da Lomba para a escola feito por um táxi, por trinta euros. -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a questão dos custos não pode ser medida pelo número de alunos, porque um carro pode fazer o trajeto para ir buscar apenas uma criança.-----

O Sr. Carlos Manuel Almeida Dias explicou que a sua Freguesia não era beneficiada tendo em conta a área, a dispersão das aldeias, os horários das escolas, tendo muitas vezes de fazer os transportes por sua conta quando falham os autocarros ou em atividades extra curriculares, pois nunca eram postos em causa os valores envolvidos mas sim a prestação de um bom serviço à população.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga esclareceu que não quis fazer qualquer juízo de valor querendo saber somente quais os valores envolvidos, tendo ficado esclarecido com a resposta do Sr. Presidente da Junta de Arões e com o exemplo apontado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o ponto à votação.-----

2011.09.16

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos vinte e seis membros presentes:-----

-autorizar a Câmara Municipal a delegar na Freguesia de Arões, através de protocolo, competências na área da educação (1. Gestão de refeitórios dos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do ensino Básico da freguesia; 2. Apoio no desenvolvimento de atividades de carácter socioeducativo em contexto escolar; 3. Transportes escolares), aprovando as minutas dos protocolos que terão a vigência dos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013.-----

-autorizar a Câmara Municipal a delegar na Freguesia de Rôge, através de protocolo, competências na área da educação (Transportes Escolares), aprovando a minuta do protocolo que terá a vigência dos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013.-----

-autorizar a Câmara Municipal a delegar na Freguesia de Vila Chã, através de protocolo, competências na área da educação (Transportes Escolares), aprovando a minuta do protocolo que terá a vigência dos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013.-----

Ausentou-se da sessão o Sr. Albano de Oliveira Braga.-----

8. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DE QUATRO PARCELAS DE TERRENO COM A ÁREA TOTAL DE 468,9M2: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 6 de Setembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público para o domínio privado do município de quatro parcelas de terreno com a área total de 468,9m2. -----

O Sr Presidente da Câmara explicou que para se executarem as vias do Plano Sul, foram expropriados litigiosamente pela base do talude, os terrenos de Artur Correia dos Santos. Posteriormente, este manifestou a vontade de executar a vedação do sua propriedade, pretendendo executar os muros junto ao lancil do

2011.09.16

passeio, ocupando a área do talude. A Câmara Municipal demonstrou não haver inconveniente desde que aquele adquirisse a área em causa pelo mesmo valor/m² da expropriação realizada. Face ao exposto, a tramitação legal é a da desafetação do domínio público para o domínio privado para posterior venda.-----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do município de quatro parcelas de terreno com a área total de 468,9m²: parcela com a área de 82,2m² sita no Vale do Forno; parcela com a área de 28,3m² sita no lugar da Granja; parcela com a área 172, 8m² sita no lugar da Granja; parcela com a área de 185,6m² sita no lugar da Lagoa, conforme planta topográfica esc. 1/1000 apensa à ata. -----

Reentrou na sessão o Sr. Albano de Oliveira Braga **e ausentou-se da sessão** a Dr.^a Célia Maria dos Santos Tavares.-----

9. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e) do artigo 53.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente para apreciação, informação escrita de 7 de Setembro 2011, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Usou da palavra o Sr. António Gomes, lamentando o facto de ter de ser assim tratada a questão do financiamento do transporte das crianças da Lomba. Deu os parabéns aos responsáveis pela nova implantação do Centro Multiuso de S. Pedro de Castelões, pelo seu bom senso, esperando que a obra não se faça no Adro da Igreja. Referiu-se à passagem para a jurisdição da Câmara Municipal do KM 0 ao 2.1km da EN 328, esperando que a gestão daquela, seja igual à feita por Câmaras anteriores em relação à EN 224 de Baralhas a Vale de Cambra, onde se

2011.09.16

verificou o aproveitamento dos paralelos nela existentes antes da pavimentação feita pela então Junta Autónoma de Estradas.-----

Perguntou se havia novidades sobre o Novo Centro Hospitalar previsto.-----

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela sua certificação afirmando que a maior parte da população não sabe o que isso é, dando somente valor ao bom atendimento por parte dos serviços da Câmara Municipal.-----

Comentou a questão anteriormente discutida sobre a participação ao INSI da existência de falsa documentação apresentada por uma empresa concorrente a concurso aberto pela Câmara Municipal, dizendo que a Câmara Municipal se deveria ter absterido tal como fez o CDS/PP, porque como referiu, nada tinha a ver com o assunto.-----

Ausentaram-se da sessão o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares, Sr. António Gomes, Sr. José do Nascimento Peres, Sr. Carlos Manuel Almeida Dias e Vitor Manuel Ribeiro Tavares.-----

O Sr. João Pedro Bastos da Silva manifestou a sua preocupação no encerramento do serviço de urgência noturno apesar de ter sido uma ação do Governo anterior, tendo contudo o Partido Socialista demonstrado e desenvolvido políticas para manter a abertura daquele serviço até à meia noite. Concluiu pedindo à Câmara Municipal o desenvolvimento de ações no sentido de proceder à alteração mostrando-se disponível por colaborar na elaboração de qualquer declaração ou tomada de posição conjunta. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que na apresentação pública do projeto para o Centro Multi Usos de S. Pedro de Castelões, foi registada alguma discórdia quanto ao local, tendo prometido fazer um novo estudo para posterior apresentação, garantindo que este será construído num espaço público. Sobre o aluno residente na Lomba, bem como todos os aí residentes, pensa que merecem o respeito de todos, sem discriminação quanto ao lugar. Referiu ainda que após

2011.09.16

inquérito realizado nos Serviços de Atendimento, verificou-se que 84% das pessoas atendidas considerou muito bom o serviço prestado pela Câmara Municipal. Sobre a comunicação ao INSI, da falsificação de documentos, abordada noutra ordem de trabalhos, disse que esta era uma obrigação que segundo a lei, tinha de cumprir. Em relação à estrada Nacional 327, esclareceu que foi desclassificada, tendo passado a ser Municipal, prevendo-se a sua renovação, sendo apresentado em devido tempo o respetivo projeto. Sobre o Hospital, informou que desde a entrada do novo governo não tem havido novidades, tendo sido pedida pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, uma audiência ao Ministro e Secretária de Estado da Saúde e ao Ministro das Obras Públicas.-----

No âmbito das intervenções sobre a atividade municipal, especificamente sobre a questão da alteração do horário do Centro de Saúde, e após a intervenção dos deputados municipais Dr. João Pedro Bastos da Silva, Sr. Albano Braga, Eng.º Miguel Joaquim M. Ferreira de Matos e Presidente da Assembleia, Dr. Manuel Augusto Bastos de Carvalho, no sentido de se apoiar a decisão já tomada em reunião de Câmara, foi aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Albano Oliveira Braga, uma proposta de apoio à posição assumida pela Câmara Municipal e que acautele os cuidados de saúde da população de Vale de Cambra, sendo acordada a elaboração de ofício dirigido ao Ministro da Saúde, vincando aquela posição.-----

6. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e um deputados municipais presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM